

CONTRA-ATAQUE EM ANGOLA: o futebol contra a situação colonial (1910 – 1974) Counterattack in Angola: Football against the colonial situation

Petrus Albino de Oliveira¹

Artigo recebido em: 03/12/2020

Artigo aceito em: 06/06/2021

RESUMO: Este artigo é uma revisão bibliográfica com o objetivo de investigar o futebol como um espaço de resistência relevante a distintos agentes angolanos diante do colonialismo português durante o século XX. Por futebol, o trabalho se refere às associações e aos clubes assentados no território de Angola, desde a fundação dos primeiros no território angolano em 1910 até a independência do país em 1974. Como aportes teóricos principais na compreensão destes espaços sob o domínio colonial lusitano, menciona-se as obras de Frantz Fanon (1925-1961), “Condenados da Terra” (1961) e a de Georges Balandier (1920-2016), “A noção de situação colonial”, além de “Sociologia de una Revolución” (1959), também de Fanon, no intuito de realizar um paralelo entre o futebol e a instrumentalização da rádio francesa pelos colonizados argelinos.

PALAVRAS-CHAVE: Espaços; Futebol; Angola; Colonialismo; Fanon.

COUNTERATTACK IN ANGOLA:
Football against the colonial situation

ABSTRACT: This article is a bibliographical review with the purpose of investigating football as a space of relevant resistance to different Angolan agents in the face of Portuguese colonialism during the 20th century. The word refers to associations and clubs based in the territory of Angola, from the foundation of the first clubs in Angola in 1910 until the country's independence in 1974. As the main theoretical contributions in understanding these spaces under the Portuguese colonial rule, mention is made of the works of Frantz Fanon (1925-1961), “Condemned Earth” (1961) and that of Georges Balandier (1920-2016), “The notion of colonial situation”, in addition to “Sociology of a Revolution” (1959), also by Fanon, in order to make a parallel between football and the instrumentalization of French radio by the Algerian colonized.

KEYWORDS: Spaces; Football; Angola; Colonialism; Fanon.

¹ Graduado em História (licenciatura) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9823108909938892>. E-mail: petrus.2011_oliveira@hotmail.com.

Introdução

No futebol, há inúmeras formas de se atingir objetivo final consagrador do gol, assim, seja por meio da formação de estratégias e de desenhos táticos, do uso dos melhores jogadores, ou até mesmo, pelo simples acaso, é possível atingir o momento tão esperado do esporte mais popular do mundo. Dentro disso, um dos mais clássicos meios é, sem dúvida, o contra-ataque. Em suma, por mais que possa ser utilizado por qualquer equipe, o uso desta ferramenta é frequentemente utilizado por equipes que estejam em desvantagem a outra. Por isso, o time mais tecnicamente fraco escolhe ser submetido, comprimido e sofrer toda a pressão de ataque e da ofensiva do time mais forte, mas em um momento em que é preciso cálculo e reflexão, o primeiro encaixa um (contra) ataque sobre a defesa antes inviolável da equipe superior e surpreende e atinge a meta do goleiro antes insuperável. O contra-ataque é então esse modo reativo, calculado, em que aqueles que estavam na defensiva, se utilizam de um jogo ofensivo rápido e implacável para derrotar o adversário, que era previamente dono, imperioso e dominante de todo o jogo.

Dessa forma, metaforicamente, a proposta deste artigo é investigar como os espaços do futebol – associações, clubes – foram utilizados para a resistência dos angolanos contra mecanismos e estruturas da situação colonial portuguesa, propriamente em um marco temporal estabelecido entre os primeiros clubes fundados em 1910 e o término do processo de independência angolana em 1974. Em outras palavras, como, nesse período, grupos e sujeitos de Angola instrumentalizaram (contra-atacaram) lugares antes utilizados como símbolos europeus para redefinir ou rechaçar seus destinos de submissão e subordinação colonial.

Nesse sentido, por se tratar de um trabalho de revisão bibliográfica e para analisar esse esporte no país angolano, utilizamos as análises documentais do livro *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*, de Vitor Andrade de Melo, Marcelo Bittencourt e Augusto Nascimento, principalmente a partir do artigo de

Marcelo Bittencourt, “Jogando no campo do inimigo: futebol e luta política” e Andrea Marzano, “Práticas esportivas e expansão colonial em Luanda”, além de explorar a temática das associações civis em contexto imperial na ótica de Eric Hobsbawn e Terence Renger, “A Invenção das Tradições”. Já teoricamente, temos como apoio as investigações de Frantz Fanon em “Condenados da Terra” (1961)” e “Sociologia de una Revolución” (1959) e Georges Balandier (1920-2016) em “A noção de situação colonial”, sobretudo pelas suas reflexões entorno da noção de situação colonial. Começemos por esta.

A Situação Colonial

Processo impositivo de conquista realizado pelas nações europeias em África durante século XIX – com exceção justamente da colonização retratada neste estudo, em que já é possível projetar a dominação portuguesa em Angola nos moldes e na intensidade deste período do oitocentos desde o século XVI -, a situação colonial pode ser caracterizada por um domínio e exercício de autoridade brutal em um território, em que todas as instâncias da vida do sujeito subjugado são afetados – político, cultural, econômico, psicologicamente, etc.

Como bem mostra Georges Balandier, em seu artigo “A noção de situação colonial”, do livro “Sociologia da África negra: dinâmica das mudanças sociais na África Central” é necessário pensar o colonialismo como um processo total, “acreditando que há algum falseamento da realidade no fato de reter unicamente uma das implicações da situação colonial” (BALANDIER, 1993, p. 108). Nesse sentido, um dos exemplos que o autor utiliza no texto para validar sua argumentação é o da África do Sul, mostrando a ligação intrínseca dos mecanismos de subjugação colonial, em suma, dados de exploração econômica e do trabalho relacionados com elementos de segregação social e racial por meios legais e jurídicos:

A situação particular – de alguma maneira caricatural – da África do Sul mostra como os aspectos econômicos, políticos e raciais estão estreitamente ligados e como um estudo atual dos povos da União só pode ser feito considerando-se todos esses aspectos (BALANDIER, 1993, p. 112).

Além dessa total intensidade e brutalidade da imposição colonial, é necessário esclarecer também quem são os atores envolvidos nessa relação conflituosa, em uma diferenciação – fundamentalmente ideológica, que na realidade empírica assume outras formas - daqueles que perpetraram o ato colonizador e que sofrem com sua imposição. Como mostra Frantz Fanon em seu último livro “Condenados da Terra” de 1961, no capítulo “Da violência”, “O mundo colonizado é um mundo cindido em dois” (FANON, 1979, p. 28) ou “O mundo colonial é um mundo maniqueísta” (FANON, 1978, p. 30), em suma, verificando duas sociedades, dois sujeitos que estão intimamente ligados pela opressão e violência.

De um lado, o colono, aquele que arbitrariamente ocupou, infligiu e fundou a colonização, do outro, o colonizado mortificado, racializado e explorado em todas as instâncias de sua vida. De maneira semelhante Balandier também divide a situação colonial em espectros sociais que rondam dois polos ou sujeitos: o grupo dominante chamado de “sociedade colonial” e o grupo submetido (sociedade colonizada). Portanto, é de acordo com essas concepções tanto de uma totalidade do empreendimento colonial, cujo domínio e consolidação se expressam em caráter político, econômico, social e cultural, quanto de um mundo cindido, maniqueísta e hierarquizado que este artigo pretende refletir sobre a situação colonial angolana sob a dominação portuguesa.

As Associações

Após essas reflexões sobre a categoria de situação colonial e as características que a compõe, o artigo passa à apresentação do objeto de estudo proposto - sem esquecer do aporte teórico anteriormente delimitado -, pois é a partir deste que se pretende trabalhar o problema central: a instrumentalização do futebol como elemento de resistência pelos angolanos contra o colonialismo lusitano.

Em primeiro lugar, especialmente o objeto analítico encontra-se no território de Angola e temporalmente é focado em parte do período da colonização portuguesa. O país africano também passou pelos elementos descritos de situação colonial apresentados na introdução, mas com as especificidades próprias de sua

experiência histórica. Uma das mais relevantes é verificar que a presença e autoridade portuguesa no território mais tarde denominado de Angola pode ser datado desde o século XVI, uma exceção comparada à dominação profunda europeia em África, que se inicia em boa parte do continente apenas no século XIX. Dessa forma, já é possível descrever para o território angolano elementos da categoria de situação colonial, ou seja, poder e domínio hierárquico profundo das populações africanas deste local desde os primórdios da primeira modernidade.

Entretanto, como primeira delimitação temporal pontual, o objeto de estudo analítico deste artigo se insere em um contexto já característico do imperialismo europeu do século XIX: estimulado pelas demandas expansionistas do capitalismo financeiro e industrial, além de permeado pelas ideologias do racionalismo científico e das ideias liberais de igualdade política e civil, cujo um dos principais efeitos constitui-se as noções de diferenciação racial.

Desse modo, enquanto paradoxalmente o mundo ocidental europeu pregava ou iniciava seus movimentos de igualdade, liberdade e democracia entre os cidadãos junto com uma suposta missão civilizatória e humanista para o mundo, também legitimava a situação colonial em África e Ásia sob uma ideologia de distinções e hierarquia entre raças e sociedades. Nesse sentido, como descrito na introdução, a situação colonial é um processo total, ou seja, tem sua hierarquização e divisão imposta em todas as camadas da vida humana, inclusive por elementos sociais e culturais. O objeto analítico deste trabalho, ou seja, as associações e os clubes se encaixam justamente nesta última categoria de imposição e dominação.

Um livro relevante para se compreender o simbolismo destas associações no papel no contexto colonial africano é a obra “Invenção das Tradições”, de 1983, organizado por Terence Ranger e Eric Hobsbawn. No capítulo “A invenção das Tradições na África Colonial”, escrito por Terence Ranger, o autor mostra como os colonizadores se utilizaram de tradições sociais e culturais reinventadas em África “tanto para definir quanto justificar sua posição, e também para fornecer modelos de subserviência nos quais foi às vezes possível incluir os africanos” (RANGER,

1997, p. 219). Assim, não somente modelos políticos foram levados e impostos em terras africanas, mas também modelos de sociabilidade e de atividades coletivas das classes europeias que migraram ao continente.

Desse modo, no continente africano “todo o aparelho composto pelas tradições escolares, profissionais e regimentais veio a exercer um papel de comando e controle muito maior do que na própria Europa” (RANGER, 1997, p. 219). As associações civis e clubes eram exemplos de todo esse aparelho de dominação, levados sobretudo por uma classe média alta e profissionais liberais – grupos com apego pela socialização fidalga e aristocrática, cujos modelos não estavam mais em alta em muitas metrópoles europeias, mas puderam ser reinventados em contexto colonial - que migravam das metrópoles europeias para o exercício de serviços, poder e autoridade nas sociedades colonizadas:

Com o advento do domínio colonial formal, tornou-se imprescindível a transformação dos brancos em membros de uma classe dominante convincente, com direito de defender sua soberania não só pela força das armas e do capital, como também através do status consagrado pelo uso e outorgado pelas neotradições (RANGER, 1997, p. 223).

Status, poder, distinção, tudo isso esteve permeado no estabelecimento das associações e dos clubes nos territórios africanos. Nestes espaços eram comuns atividades, reuniões e formas de lazer que davam aos sujeitos uma sensação de compartilhamento e vivência conjunta. Nesse sentido, uma identidade mútua com a adoção de valores e normas que se eram inventadas naquele século XIX, como mostram os autores, não deixavam de ser importantes para a formação de um espírito comum e de uma distinção de classe e raça, fator fundamental em uma sociedade hierarquizada como a da situação colonial.

Dentro disso, uma das principais atividades performática desses valores e desse compartilhamento eram os esportes, inclusive o futebol – área de interesse deste artigo. Isso também aparece na obra dos dois últimos autores citados, em que o futebol aparece como exemplo de uma certa organização e integração de indivíduos europeus responsáveis pelo colonialismo. Assim, “Os jogos de equipe reuniam regularmente os vizinhos de maneira aprovada e regulada. Permitiam

também expressões simbólicas de protesto em linguagem familiar tanto a colonizadores como a administradores.” (RANGER, 1997, p. 227).

Dessa forma, após todos esses esclarecimentos e a delimitação desse objeto de estudo das associações e clubes, o artigo pretende analisar aqueles espaços associativos que empreenderam atividades esportivas no território angolano, propriamente o futebol. O ponto central é perceber como este modelo europeu de dominação, hierarquia e sociabilidade de raça e classe descrito anteriormente como símbolo europeu – consequentemente, também português - foi instrumentalizado por diversos agentes angolanos contra os mecanismos e as estruturas de subjugação da situação colonial. Passa-se, então, a uma análise empírica do contra-ataque angolano.

Contra-Ataque

As primeiras associações civis propriamente de futebol fundadas em território angolano confirmam as observações e teorizações anteriores realizadas. Por um lado, “É o colono que fez e continua a fazer o colonizado” (FANON, 1978, p. 26), a sociedade cindida apresentada por Frantz Fanon é assim fruto da ação do colono, que levanta e edifica as instituições responsáveis por submeter, consolidar e legitimar a situação colonial. Por outro e junto a isso, essas instituições devem ser pensadas também inscritas na amplitude característica do colonialismo, “Aprendemos assim a necessidade imperiosa de se considerar a situação colonial como um complexo, como uma totalidade” (BALANDIER, 1993, p. 112).

Por isso, relacionada a um aspecto cultural das formas hierarquizadas de sociabilidade da colonização, as primeiras associações civis voltadas ao futebol em Angola surgiram na década de 1910 – marco inicial do recorte temporal tratado neste artigo – pela ação de colonos portugueses brancos que chegavam para trabalhar em empreendimentos de ação colonial e formavam entidades de socialização coletiva de classe e raça: “No início da década de 1910, dois times se formaram: um com membros da Associação dos Empregados do Comércio e outro

com funcionários da Alfândega e da Fazenda e empregados de escritório.” (MARZANO, 2010, p. 90).

Por essa composição majoritariamente branca e migrante portuguesa dessas primeiras associações – apesar de haver mestiços já nestas primeiras equipes, eram minoria e não faziam parte dos quadros dirigentes mais altos – é possível fazer paralelo com um outro texto teórico, agora com a intenção de auxiliar no entendimento de formas de resistência no período do colonialismo, especificamente neste artigo, nos modos de “contra-ataque” que os angolanos realizaram contra estruturas e mecanismos da situação colonial portuguesa. O texto é mais um do intelectual Frantz Fanon, na obra “Sociología de Una Revolución” de 1959, em que no capítulo intitulado “Aquí La Voz de Argelia” o martinicano preocupa-se em demonstrar a relação dos sujeitos envolvidos na situação colonial francesa na Argélia – tanto colono como colonizado – em relação à rádio. “Los europeos de Argelia, em general, poseen aparatos de radio. Antes de 1945, los radiorreceptores pertenciam em 95%, a los europeos” (FANON, p. 50). De propriedade inicialmente apenas da maioria europeia branca, de forma semelhante às associações, a rádio representou em um primeiro momento, no processo de colonização da França em território argelino, um instrumento exclusivo de coletividade, reafirmação dos valores de classe e raça dos colonos: “Para um europeo, poser um radioreceptor significa inaugurar el circulo de la posesión pequeno burguesa occidental, que va de la radio a casita propia, pasando por el automóvil y el refrigerador” (FANON, p. 50, 51).

Entretanto, esse símbolo de dominação e ratificação da situação colonial francesa, observa Fanon, sofre uma virada de significado. Se antes de 1945, era objeto do colono, com o acirramento das lutas coloniais – guerrilhas, batalhas -, se tornou instrumento revolucionário dos argelinos subjugados. Perdendo “su caracter del objeto del enemigo. El radioreceptor deja de formar parte del arsenal de opresión cultural del ocupante” (FANON, p. 64). A rádio que antes somente falava de franceses para e sobre os próprios franceses, reconstituiu-se e se coloca como instrumento de fala, de escuta dos próprios argelinos. Um veículo de notícias e

informações sobre a situação da luta, dos embates dos guerrilheiros, das derrotas francesas e dos próximos passos para a descolonização e libertação.

Assim, de repressão à expressão de liberdade, o artigo passa agora a analisar de forma análoga as associações civis e clubes no território angolano, inicialmente – como já demonstrado anteriormente – entidades de poder e dominação europeus, mas que semelhantemente à rádio francesa, se tornaram símbolos de instrumentalização de ataques e resistências dos colonizados angolanos à estruturas e mecanismos da situação colonial portuguesa. Como afirmou Domingos, mas para o caso da difusão do esporte em Moçambique:

Depois de transmitido, o futebol expandiu-se por inúmeras formas. Os limites da sua apropriação não estavam controlados por organismos coloniais (...). Foram fundados clubes e associações «nativos», situados normalmente nos principais centros urbanos, que criaram estruturas próprias, reguladoras das competições (DOMINGOS, 2006, p. 401).

Com enfoque específico dentro de um recorte temporal que abrange desde a primeiras fundações de clubes associativos em 1910 até o período da independência angolana em 1974, o artigo primeiramente pretende abordar as formas de resistência nativa nesses espaços entre 1910 a 1930. Nesse sentido, é necessário realizar um diálogo com os conceitos e as categorias anteriormente analisadas com as experiências e os contextos específicos que a documentação e a bibliografia sobre determinado período angolano apresentam – um diálogo entre o conceito e a fonte, diria. E.P. Thompson em a Miséria da Teoria (1983).

Dito isso, esse período entre as décadas de 1910 e 1930 correspondem ao fim de um processo iniciado na segunda metade do século XIX, marcado “pela intensificação da presença portuguesa em Angola, sobretudo em Luanda e arredores.” (MARZANO, 2010, p. 72). Dentre as consequências desse processo, a mais importante para este artigo é a percepção de um acirramento entre esses grupos de colonos portugueses que passavam a aumentar e grupos das elites crioulas angolanas. Estas elites nada mais eram que grupos de nativos miscigenados culturalmente, que se beneficiavam de atividades exercidas dentro do contexto colonial desde pelo menos o século XVIII no território. Ocupavam “os espaços

abertos pela fraca presença portuguesa” (MARZANO, 2010, p. 73) seja em atividades econômicas como tráfico de escravos, ou até mesmo em postos militares, clericais ou da própria administração colonial.

Então, dentro de todo esse contexto, se observa que com a imposição de uma presença maior de migrantes portugueses junto com a abolição de atividades importantes como o tráfico no século XIX – ou, por exemplo, em 1919, com uma lei de concessão de terras à colonos europeus, prevendo até mesmo a expulsão de agricultores negros de suas propriedades – houve um aumento de inúmeros conflitos nessa sociedade colonial angolana, com disputas no campo político, social, econômico e cultural entre os grupos crioulos e as elites portuguesas. Outrossim, é nesse sentido que os espaços associativos e de clubes se tornam lugares de reivindicações contra os mecanismos de segregação ou imposição propostos ou estabelecidos pela metrópole portuguesa, mas também, seguindo as estruturas e demandas hierárquicas da situação colonial, obtiveram por meio delas um ambiente de diferenciação aos outros angolanos considerados “indígenas” ou nativos não-civilizados, pois adotavam modelos europeus de educação e esporte, por conseguinte, uma melhor forma de requerer privilégios dentro das estruturas colonizadoras.

Um exemplo concreto disso tudo é de João Anapaz de Lemos, dirigente do Clube Atlético de Luanda, clube de futebol fundado por famílias de elites crioulas. Em 1930, em meio aos conflitos que culminaram em duas federações de futebol angolanas, cujas equipes direta ou indiretamente se juntaram em dois grupos baseados em diferenças de raça e classe, o funcionário do Atlético utiliza-se de sua proeminência, em uma entrevista a um jornal angolano, para pedir maior cuidado com o futebol angolano, pedindo que se criasse não apenas uma federação, mas que esta fosse filiada à Federação Portuguesa, e consequentemente, à FIFA: “As palavras do dirigente do Atlético metaforizavam, em parte, os anseios das elites crioulas naquele contexto: o respeito a sua dignidade e a equiparação de direitos em relação aos colonos, ainda nos limites traçados pelo colonialismo.” (MARZANO, 2010, p. 95).

Esse último ponto é importante, pois retoma algo anteriormente mencionado sobre o diálogo do aporte teórico com a experiência das fontes e das documentações. Assim, os conceitos ajudam a refletir e compreender vivências de indivíduos e grupos, mas não devem ser usados sem a cautela de delimitar as especificidades do objeto histórico, que mostra os limites e as possibilidades do uso de categorias conceituais.

Por isso, como exemplo, a noção de instrumentalização da rádio francesa pelos argelinos contra um ataque direto à dominação colonial pode parecer deslocado ou dessemelhante do uso das associações pelas elites crioulas angolanas contra os portugueses, mas, por outro lado, delimitado às circunstâncias históricas e do contexto das elites, que não possuíam ainda um arcabouço político sólido de pensar totalmente fora da situação colonial – o que ocorreria posteriormente –, é possível fazer um paralelo e verificar que há também uma instrumentalização de modelos culturais europeus por parte dessas elites, que se não pediam o fim da situação colonial, requeriam direitos e privilégios para resistir às formas de opressão e segregação que eram impostas naquele período específico da colonização.

Ao fim, também pode-se desdobrar essas ponderações aos conceitos de situação colonial, tanto de Frantz Fanon quanto de Georges Balandier, que os próprios autores têm o cuidado também de fazer e tornar mais complexo. Na realidade, o que se pode concluir pelos autores é que a situação colonial é fundamentalmente cindida em dois mundos e autores maniqueístas – colonos e colonizados, mas que suas expressões na realidade empírica podem ser bem diferentes. Assim, pode haver tanto alianças entre elites estrangeiras coloniais e elites dos colonizados para afirmação do regime colonial, como diferenças e conflitos entre os próprios colonizados, como se pode ver no exemplo analisado no último parágrafo, em que as elites crioulas não se consideram no mesmo status dos outros colonizados nativos, e por isso, pedem maiores direitos dentro do próprio colonialismo que ideologicamente o segrega.

Outros casos podem elucidar essas últimas reflexões tratadas. Agora no contexto pós-segunda guerra mundial – anos 50, 60 -, em que a legitimidade dos impérios europeus em África e Ásia começam a ser contestadas e cada metrópole empreende suas ferramentas na tentativa de manter suas colônias. Portugal, por exemplo, se utilizou de um discurso baseado em ideologias ligadas ao trabalho de Gilberto Freyre, cujos pilares se desdobraram em visualizar o colonialismo português como mais humano e harmônico. Uma das medidas adotadas pelo Estado Português, por exemplo, foi uma nova nomenclatura dos territórios africanos de seu império, retirando o termo “colônia” e substituindo por “Províncias Ultramarinas” O “Estado colonial português enfatiza o discurso de que não há discriminações raciais em seu território, ainda que houvesse um estatuto de cidadania diferenciado para assimilados e indígenas.” (BITTENCOURT, 2010, p. 108).

É justamente seguindo essa retórica que membros de associações futebolísticas das elites angolanas passam a reivindicar então o estatuto prometido pelos portugueses de que havia uma igualdade entre todos os cidadãos do império. Mais uma vez, a exemplo do caso dos anos 20 e 30, não uma instrumentalização pelo fim da colonização, mas uma forma de resistência contra certas estruturas e mecanismos do imperialismo. Assim, visualiza-se por meio de outro dirigente esportivo do Clube Atlético de Luanda, em 1954 – em contexto de popularidade ainda maior do esporte na cidade e em Angola (BITTENCOURT, 2017, p. 877) -, também em um texto a um jornal angolano, o uso dessa retórica de igualdade, em que se exige que a discussão sobre a situação do futebol português seja estendida aos territórios angolanos (BITTENCOURT, 2010, p. 108). Este denuncia que a mudança de nomenclatura das colônias não correspondeu em uma mudança de atitude da metrópole perante Angola, que poucos investimentos foram feitos tanto nas federações ou clubes, quanto nas escolas de aprendizado, no sentido de relacionar a educação esportiva com o ganho civilizacional aos colonos (BITTENCOURT, 2010, p. 109). Por isso, do mesmo modo do exemplo dos anos 30, não há uma ação contrária ao regime, mas uma forma de resistência visando melhorias de vida e fim de privilégios:

Evidentemente, essas críticas no campo futebolístico também irão surgir em outras esferas da vida colonial. Sempre adotando o discurso colonial de que não há diferenciações de ordem racial em Portugal que causem discriminações e privilégios, esses angolanos, jogando dentro do campo da legalidade, irão pleitear conquistas no terreno jurídico que atacavam os privilégios coloniais (BITTENCOURT, 2010, p. 109).

Formas de instrumentalização com a finalidade do fim da situação colonial assim como a rádio francesa na situação colonial argelina são somente mais posteriores. Já em um processo de completa inabilidade e falta de legitimidade dos impérios coloniais, em que teorias políticas de descolonização ganharam mais terreno nas sociedades colonizadas e o mundo político dos territórios africanos é pensado agora fora dos terrenos do imperialismo. A situação colonial portuguesa em Angola e outros territórios se encontra, por conseguinte, dessa maneira sobretudo após os anos 60 – luta armada angolana se inicia em 1961, por exemplo – e os clubes e associações tomam uma importância ainda maior no contexto.

Como mostrado anteriormente, se já era um espaço de discussão que pleiteou medidas e demandas dos colonizados, ainda mais em território em que eram ausentes os partidos políticos, - “que fez com que determinados espaços associativos, como os clubes esportivos, assumissem uma conotação política, se transformassem em espaços de discussão política” (BITTENCOURT, 2010, p. 109), se tornam ainda mais efetivos em um momento de acirramento das tensões coloniais. O caso mais emblemático desse período talvez seja o do Botafogo de Luanda, equipe que neste período do acirramento colonial abrigou em seus plantéis inúmeros nacionalistas, como Manuel Santos, além de oferecer consultas médicas gratuitas à população, ensino e alfabetização e um departamento cultural em que publicavam um jornal chamado “Balumuquene”, que em Kimbundu poderia ser traduzido como “Levantem-se”. Assim, antes um lugar somente desportivo, “o Botafogo vai se transformando em um local de encontro de discussão política e até mesmo, para alguns de seus adeptos, em local de conscientização política e trabalho clandestino.” (BITTENCOURT, 2010, p. 115) – caso semelhante de contestação da soberania do império por meio do futebol pode ser encontrado nos eventos da colonização britânica na Índia, como mostra Karine Dalsin (2010, p. 4).

Conclusões

O artigo teve o objetivo de apresentar como os espaços associativos e os clubes de futebol se transformaram em formas políticas de resistência aos colonizados angolanos perante a situação colonial. Lugares que inicialmente eram símbolos de dominação e diferenciação europeia, mas que tomaram outro significado para distintos atores em território angolano, os quais os utilizaram para reclamar direitos, denunciar privilégios e encontrar novos destinos e caminhos dentro das hierarquias e segregações impostas pelo colonialismo português. Nesse sentido, houve um trabalho de esclarecer as categorias e os conceitos utilizados, ao mesmo tempo, em que se pensava na experiência prática dos angolanos, cujas noções conceituais deveriam ser então repensadas e reformuladas, e não somente transpostas.

Edward Said, em “Cultura e Imperialismo”, apontou na introdução de seu livro que desde as primeiras entradas e contatos dos colonos em África ou Ásia, ocorreu a resistência ativa e constante dos colonizados, em um enfrentamento, por uma série de meios, contra o futuro incerto e violento que os europeus os destinavam. Em outras palavras, sempre houve contra-ataques. Cada qual em um momento distinto do campeonato (contexto imperial específico), realizados por equipes diversas (os agentes, atores e personagens da sociedade colonizada) e empreendidos em diferentes estratégias que levam em conta o elenco, a tática e o modo de chegar ao gol adversário (princípios, objetivos e propostas dos sujeitos resistentes). O contragolpe é, ao final, não somente válido, mas, em todos as suas expressões, constitui-se uma ferramenta fundamental para aqueles que enfrentam um adversário superior e poderoso. Naqueles minutos finais de partida, é ele quem, contra todas previsões e contra toda naturalidade de uma suposta vitória legítima e eterna do time dominante, constrói uma jogada iluminada, transgressora e eficiente, que serve para surpreender, abater e ruir as estruturas políticas, morais, sociais, culturais e econômicas do antes aparentemente imbatível e onipotente rival.

REFERÊNCIAS

BALANDIER, Georges. **Sociologia da África negra: dinâmica das mudanças sociais na África Central**. Mangualde/Luanda: Edições Pedagogo/Edições Mulemba, 2014.

BITTENCOURT, Marcelo. Jogando no campo do inimigo: futebol e luta política. In: MELO, Vitor Andrade de; BITTENCOURT, Marcelo; NASCIMENTO, Augusto (org.). **Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 101-133.

_____. O futebol nos musseques e nas empresas de Luanda (1950-1960). **Análise Social**. Lisboa, ICS, n. 225, pp. 874-893, 2017.

Dalsin, K.. Futebol e Colonialismo no Território Indiano. **Revista de História do Esporte**, 2010, p. 1-20.

Domingos, N. Futebol e colonialismo, dominação e apropriação: Sobre o caso Moçambicano. **Análise Social**, XLI (179), p. 397-416, 2006.

FANON. Frantz. **Os condenados da terra**. 2. ed. Pref. Jean-Paul Sartre. Trad. José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. **Sociología de una revolución**. Cidade do México: Ediciones Era, 1968.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. 6. ed. Trad. Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARZANO, Andrea. Práticas esportivas e expansão colonial em Luanda. In: MELO, Victor Andrade de; BITTENCOURT, Marcelo; NASCIMENTO, Augusto (Orgs.). **Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 71-99

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

SAID, Edward. Introdução. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 3-22.